

## B. CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO

Falar de cidadania tornou-se bastante comum nos dias de hoje. São vários os programas e financiamentos nacionais e europeus que tentam promover e incentivar junto de crianças, jovens e adultos o exercício de uma cidadania activa, tanto ao nível nacional como europeu.

Uma das perguntas de partida para o debate relativo à cidadania é justamente:

### De Que Se Fala Quando Falamos De Cidadania?

As respostas são várias e diferentes, tendo em comum o facto de se relacionarem com uma visão ideal de sociedade, ou seja, cidadania é: eleições, respeito, tolerância, amizade, compreensão, diálogo, respeito pela diferença, integração, inclusão... basicamente valores, geralmente de cariz humanista e sempre dirigidos a nós enquanto membros de uma sociedade. E raramente a cidadania surge associada aos deveres que todos nós, enquanto cidadãos, possuímos, em relação ao Estado e em relação ao desafio de uma vida conjunta, em sociedade.

A pouca clareza do conceito — como acontece com tantos outros conceitos normalizados e integrados no nosso discurso, como globalização, mundialização, modernidade, liberalização económica, entre outros — resulta na apropriação e utilização do mesmo, por todos e cada um de nós, com sentidos possivelmente diferentes em função daquilo que será importante do ponto de vista de quem o utiliza. Ou seja, enquanto que para alguns a cidadania está relacionada com o direito de escolha dos governantes (existindo pessoas que defendem a ideia que os procedimentos eleitorais não são um direito e um dever de todos nós enquanto cidadãos), para outras pessoas, o respeito pelas regras instituídas (nomeadamente as de trânsito) são mais importantes

enquanto que para outras, os direitos relacionados com o acesso a determinados recursos será mais importante.

São várias as ideias comumente utilizadas para definir cidadania, variando em função das referências individuais das pessoas, não significando necessariamente que estejam incorrectas, traduzindo antes a complexidade do conceito e a dificuldade em delimitar as suas balizas. Factores como os fluxos migratórios e a mobilidade de mão-de-obra à escala mundial; a heterogeneidade cultural característica dos Estados-nação; a chamada crise do Estado providência; a reconfiguração de fronteiras na Europa (Europa de Leste, Reunificação Alemã, União Europeia); a crescente transnacionalização das economias e dos interesses pela área ambiental (cuja gestão ultrapassa a competência e autoridade da actual configuração política dos Estados) caracterizam o cenário do debate em torno da cidadania e evidenciam, entre outras coisas, o paradoxo da democracia:

“[...] enquanto a democracia se está a expandir por toda a parte, como acabámos de verificar, nas democracias maduras, que o resto do mundo está supostamente a copiar, existe uma enorme desilusão quanto aos processos democráticos. Na maioria dos países ocidentais os níveis de confiança nos políticos têm vindo a decrescer nos anos recentes. Há cada vez menos pessoas que votam, especialmente nos Estados Unidos. Há cada vez mais pessoas, em especial entre a geração mais nova, que se dizem desinteressados da política. Qual a razão que leva os cidadãos de países democráticos a desiludirem-se com governos democráticos, ao mesmo tempo que o sistema está em expansão no resto do mundo?”. GIDDENS (2005:72)

Surgem assim várias pistas de abordagem à temática da cidadania que interessa clarificar, relacionadas com a *importância* e a *actualidade* do conceito. A importância pelo conjunto de direitos e deveres legalmente estabelecidos e que enquadram juridicamente o indivíduo como membro pertencente a uma sociedade.

A actualidade pela força de mobilização e de iniciativa por parte da sociedade civil (o terceiro sector) apelando à participação (política e cívica) dos cidadãos numa perspectiva de direito e de dever de cidadania, e ainda pelos desafios das novas reflexões sobre cidadania: a vulnerabilidade dos direitos sociais, a reivindicação de novos direitos (direitos culturais e ambientais), as propostas de uma cidadania pós-nacional, dissociada da ideia de nacionalidade e que se estende para além das tradicionais fronteiras políticas do Estado-nação, o caso da construção da cidadania europeia ou de uma



cidadania global, uma cidadania mais ampla e inclusiva [do mundo?].

Afinal, o que é, o que pode, ou deve, ser a cidadania? A cidadania será assim um estatuto enquadrado juridicamente porque composto por um conjunto de direitos e deveres legalmente estabelecidos. Mas será então também uma prática no sentido em que implica o agir, a mobilização e a capacidade de iniciativa dos cidadãos, a sua participação activa em exercer e reivindicar direitos e deveres.

Mas será a participação por si só, condição suficiente para que se possa falar de exercício activo de cidadania? A nossa proposta é que haja uma participação informada dos cidadãos com uma identificação profunda com valores que extravasam o espaço da nacionalidade: atitudes face à paz, democracia, equidade social, identidade com a diversidade cultural, pertença pós-nacional, sentido de bem comum, um conjunto de valores que se podem atribuir à vida humana independentemente da sua pertença nacional, cultural, religiosa, étnica e de género. Neste contexto, além de um estatuto e de uma prática, propomos a cidadania também como uma identidade, uma atitude interior, a qual se revela, se constrói e se reproduz na relação com o(s) outro(s) e, desse modo, realçamos o papel que o voluntariado poderá desempenhar na construção dessa identidade.

Tem-se verificado um recuo na função intervencionista do Estado e um aumento na sua função reguladora, permitindo a emergência de novos actores na esfera política, com uma deslocalização de poderes do Estado para outro tipo de relações, assentes sobretudo em relações contratuais com outras entidades e instituições reforçando a ideia de desempenho e eficácia.

Algumas ideias têm sido propostas relativamente à operacionalização das mudanças ao nível da administração pública, consensuais na ideia que a aproximação da esfera pública aos cidadãos assume um papel fundamental consubstanciado na promoção de uma maior participação por parte de todos (democracia participativa mais do que apenas representativa).

A dificuldade que continua a existir é a do equilíbrio de poderes entre as diferentes classes e grupos sociais no sentido de inverter a existência de grupos de elites que mantêm relações privilegiadas no interior deste conjunto de forças e que condicionam a tomada de decisão em prol daquilo que deverá ser o bem público (comum). Aos cidadãos, cabe a tarefa de acreditar na ideia de bem comum, acreditando também que da operacionalização desta crença dependerá a sobrevivência comum... a visão darwinista de sociedade poderá continuar a alimentar os fenómenos de exclusão e de pobreza, gerando por sua vez, descontentamento e manifestações (muitas vezes violentas) alimentando o círculo vicioso da *de(s)ocratização*.

## Sugestões de Actividades

### Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos)

1. Pesquisa local sobre as organizações da sociedade civil.

### Ensino Secundário

1. Pesquisa local sobre as organizações da sociedade civil;
2. O Abrigo Subterrâneo;
3. Debate sobre tira da banda desenhada "Mafalda", Quino.

## Bibliografia

- BARBALET, J. (1989) *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CABRAL, M. (1997) *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*. Lisboa: Celta Editora.
- CABRAL, M. (2000) O Exercício da Cidadania Política em Portugal, in *Análise Social*, vol. XXXV (pp. 154-155).
- FIGUEIREDO, I. (2001) *Educar para a Cidadania*. Porto: Edições ASA.
- FRIEDMANN, J. (1996) *Empowerment. Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A. (1998) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A. (2005) *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- LETRIA, J. (2000) *A Cidadania Explicada aos Jovens... e aos Outros*. Lisboa: Terramar.
- MOZZICAFREDO, J. et al (2001) *Administração e Política*. Oeiras. Celta Editora.
- NOGUEIRA, C. & SILVA, I. (2001) *Cidadania. Construção de Novas Práticas em Contexto Educativo*. Porto: Edições ASA.
- VIEGAS, J. & COSTA, A. (org.) (1998) *Portugal, Que Modernidade?*. Oeiras: Celta Editora.
- VIEGAS, J. & DIAS, E. (org.) (2000) *Cidadania, Integração, Globalização*. Lisboa: Celta Editora.